



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004789-54.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Guilherme Favaro**  
 Requerido: **Diretora da 26ª Ciretran de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **GUILHERME FAVARO** contra ato da **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, figurando como ente público interessado o **DETRAN – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**.

Aduz o impetrante que apresentou defesa administrativa contra a suspensão de seu direito de dirigir, mas, ao tentar renovar seu documento de habilitação, foi informado de que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, pois o seu processo teria transitado em julgado, tendo em vista que não apresentou recurso à JARI, no prazo legal e, após pesquisa, obteve a informação de que houve a tentativa de entrega de notificação em seu endereço, por três vezes, sem sucesso. Argumenta que a decisão administrativa é nula, pois não recebeu a notificação de imposição da penalidade, tendo sua defesa cerceada.

A liminar foi indeferida, tendo o impetrante interposto agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento (fls. 75).

As informações foram prestadas a fls. 87/89, tendo a autoridade coatora informado que o impetrante apresentou defesa, que foi indeferida, tendo sido expedida notificação, com o resultado e prazo para recurso a JARI, até 22/04/15 e o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

impetrante, por intermédio de sua procuradora, em 16/04/15, protocolou novo recurso, que não foi conhecido, por já haver julgamento, sendo que, no dia 23/04/15 houve o bloqueio de seu prontuário, pelo decurso de prazo de defesa junto à JARI, pois houve três tentativas de entrega pelos correios e, em 26/06/15, o condutor efetuou a entrega de sua habilitação e passou a cumprir os 12 meses de suspensão a partir daquela data.

O DETRAN apresentou contestação (fls. 91), defendendo a higidez do procedimento administrativo perpetrado, pois a notificação foi expedida para o endereço constante do cadastro, não podendo ser penalizado sob o argumento de não recebimento. Argumenta, ainda, que houve preclusão lógica do direito de recorrer, pois o impetrante anuiu à penalidade, tanto que entregou a sua CNH, para dar início ao cumprimento da pena.

O impetrante manifestou-se sobre a contestação (fls. 98).

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Inviável o acolhimento do mandado de segurança.

O esgotamento da via administrativa não pode significar a protelação das medidas em tese cabíveis.

Sabe-se que, no que concerne às penalidades de trânsito, existem três níveis administrativos: a) delegado de trânsito; b) JARI; c) CETRAN. Há prazos, como em qualquer procedimento administrativo, que devem ser obedecidos. Não é porque o interessado peticiona de maneira avulsa perante um desses órgãos que o cumprimento da penalidade fica automaticamente obstado. Nessa lógica, nenhuma penalidade seria cumprida, pois a parte sempre poderia peticionar e, assim, retardar "*ad eternum*" a punição.

No caso em apreço, o impetrante não apresentou recurso no prazo legal, tendo a notificação sido enviada por três vezes, no endereço cadastrado.

Embora a jurisprudência seja pacífica no sentido de que a pendência de recurso administrativo, nos casos de suspensão do direito de dirigir, impede qualquer restrição no prontuário do infrator, tal argumento não se aplica à hipótese dos autos, pois a defesa apresentada é intempestiva.

Não há evidência nos autos de que o impetrante não tenha tomado ciência do ato administrativo, tanto que entregou a sua CNH e iniciou o cumprimento da penalidade, conforme, inclusive, confirmado em réplica.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O início do cumprimento da penalidade implica preclusão lógica ao direito de recorrer.

Assim, ainda que não tenha recebida as notificações, não houve prejuízo, já que entregou a sua CNH espontaneamente e, mesmo que o recurso fosse admitido, não teria como ser favorável ao impetrante, diante da preclusão lógica ocorrida.

Desta forma, o impetrante não possui direito líquido e certo.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido e **DENEGO** a segurança, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.

Custas pelo impetrante.

Dê-se ciência à autoridade coatora.

Inexiste condenação em verba honorária, nos termos do artigo 25 da Lei 12.016/09.

**P.R.Int.**

São Carlos, 12 de fevereiro de 2016.